



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

189

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0300898-6
AGRAVANTE: Estado de Pernambuco
Procurador: Dr. Paulo Sérgio Cavalcanti Araújo
AGRAVADO: Elizabeth Luizines Van Leijden
Advogado: Dr. Rodrigo Santos Catão
RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A CONCESSÃO DA MEDIDA. CONCURSO PÚBLICO. GRAVIDEZ. INTERPOSIÇÃO IMPROVIDA.

1 - No que se refere a fumaça do bom direito, anoto que o afastamento da candidata se deu por situação excepcional (gravidez), o que está consubstanciado pelo parágrafo único, do art. 4º da Lei Complementar nº 134/2008.

2 - No que se refere ao risco de dano irreparável ou de difícil reparação anoto que o fato de não ser a agravada classificada corretamente no Quadro de promoção por antiguidade da PM, inviabilizará a sua participação em qualquer curso de formação e repercutirá – diretamente – no valor a ser recebido a título de soldo, verba esta de natureza essencialmente alimentícia.

3 - Agravo de Instrumento Improvido.

4 - Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo de Instrumento nº 0300898-6, em que figuram como agravante Estado de Pernambuco e como agravado Elizabeth Luizines Van Leijden. Acordam os Desembargadores que integram a Segunda Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão de julgamento realizada no dia 03/10/2013 à unanimidade de votos, em conhecerem do recurso acima descrito, para negar provimento ao mesmo, tudo na conformidade dos votos e do Relatório proferidos neste julgamento.

Recife, 03/10/2013

Des. José Ivo de Paula Guimarães - Relator



185

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0300898-6
AGRAVANTE: Estado de Pernambuco
Procurador: Dr. Paulo Sérgio Cavalcanti Araújo
AGRAVADO: Elizabeth Luizines Van Leijden
Advogado: Dr. Rodrigo Santos Catão
RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

RELATÓRIO

Trata-se de agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo interposto contra decisão interlocutória que, nos autos da Ação Cautelar, deferiu a tutela de urgência postulada, para determinar a imediata inclusão da 3º Sgto BM Elizabeth Luzines Van Leijden na lista de convocados para a promoção, publicada no BG nº 031, de 18 de fevereiro de 2013, sob pena de multa diária arbitrada à ordem de R\$ 500,00(quinhetos reais).

O Estado de Pernambuco interpôs o presente recurso de agravo de instrumento, alegando – resumidamente – em suas razões, que não pode haver antecipação de tutela que importe reclassificação ou aumento de remuneração em favor de servidores públicos. Exalta o disposto nas leis nºs 12.016/2009, 8437/1992. Além disso, a fumaça do bom direito e o risco de dano irreparável seguem *inverso*.

Não foram apresentadas as contrarrazões, conforme certidão de fls. 175.

Remetidos os autos ao MP-PE, concluiu pelo improvimento da presente interposição, de acordo com o parecer de fls. 179/182.

É o relatório.
Inclua-se em Pauta.

Recife, 02/09/2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães - relator



120

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0300898-6
AGRAVANTE: Estado de Pernambuco
Procurador: Dr. Paulo Sérgio Cavalcanti Araújo
AGRAVADO: Elizabeth Luizines Van Leijden
Advogado: Dr. Rodrigo Santos Catão
RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO

O inconformismo do agravante reside contra decisão interlocutória que, nos autos da Ação Cautelar, deferiu a tutela de urgência postulada, para determinar a imediata inclusão da 3º Sgto BM Elizabeth Luzines Van Leijden na lista de convocados para a promoção, publicada no BG nº 031, de 18 de fevereiro de 2013, sob pena de multa diária arbitrada à ordem de R\$ 500,00(quinhetos reais).

Inicialmente, anoto que não se trata aqui das situações proibitivas elencadas na Lei nº 9494/1997 para a concessão de liminares contra a Fazenda Pública(compensação de créditos tributários, reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento de vencimentos ou extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza, percebidos em virtude de vínculo funcional com a Administração Pública), mas da possibilidade de figurar na lista de antiguidade para fins de promoção ao Posto de Sargento PM.

A sistemática processual impõe a obrigatoriedade da presença concomitante de dois pressupostos indispensáveis à atribuição do efeito suspensivo ao agravo de instrumento, quais sejam, a plausibilidade do direito perseguido, *fumus boni iuris*, e o risco de dano irreparável ou de difícil reparação, *periculum in mora*.

No que se refere a fumaça do bom direito, anoto que o afastamento da candidata se deu por situação excepcional(gravidez), o que está consubstanciado pelo parágrafo único, do art. 4º da Lei Complementar nº 134/2008.

No que se refere ao risco de dano irreparável ou de difícil reparação, anoto que o fato de não ser a agravada classificada corretamente no Quadro de promoção por antiguidade da PM, inviabilizará a sua participação em qualquer curso de formação e



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

10/1

repercutirá – diretamente – no valor a ser recebido a título de soldo, verba esta de natureza essencialmente alimentícia.

Assim, em face do exposto, voto no sentido de negar provimento ao presente recurso, mantendo-se incólume a decisão recorrida.

É como voto.

Recife, 03/10/2013

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator